

# Continuidades: estruturas agrárias e o trânsito na fronteira luso-espanhola na América meridional

Helen OsÓRIO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

hosorio@via-rs.net

Recepción: 28 de enero de 2014 / Revisión: 17 de marzo de 2014  
Aceptación: 13 de mayo de 2014 / Publicación: diciembre de 2014

## RESUMO

O território meridional da América portuguesa, atual estado do Rio Grande do Sul, Brasil, possuiu durante o século XVIII e a primeira metade do XIX uma estrutura e paisagem agrária muito semelhante a da região do rio da Prata sob domínio espanhol. Aborda-se a existência de um vocabulário comum relativo ao mundo rural, o que denota as influências culturais platinas sobre os territórios fronteiriços lusitanos. Analisa-se também um dos elementos dessa configuração agrária comum: os trabalhadores da pecuária, os peões de estância. Realizou-se um perfil demográfico dos mesmos, que foi comparado com os resultados de investigações semelhantes para a campanha de Buenos Aires. A similaridade do perfil encontrado, que caracteriza o grupo como composto por homens jovens, solteiros, em sua maioria mestiços e migrantes indica uma forte relação com o ciclo de vida do grupo, e as possibilidades de acesso a recursos como terra e gado. A mobilidade dos peões e o trânsito através da fronteira também foi estudada através de documentação espanhola, um sumário de prisão de mais de uma dezena de peões.

**Palavras-chave:** Fronteira, estrutura agrária, circulação, peões, ciclo de vida, lavradores, pastores, império espanhol, império português, Brasil, séculos XVIII e XIX.

## Continuidades: estructuras agrarias y el tránsito en la frontera luso-española en América Meridional

## RESUMEN

El territorio meridional de la América portuguesa, actual estado de Rio Grande do Sul, Brasil, tuvo durante el siglo XVIII y principios del XIX una estructura y un paisaje agrario muy similar al de la región de Río de la Plata bajo dominación española. En el presente texto, se aborda la existencia de un vocabulario común relativo al mundo rural, lo que denota las influencias culturales platenses en los territorios fronterizos lusitanos. También se analiza uno de los elementos de esta configuración agraria común: los trabajadores de la ganadería, los peones de estancia. Se realizó un perfil demográfico de los mismos, que se ha comparado con los resultados de investigaciones similares para la campaña de Buenos Aires. La similitud de los perfiles, que los caracteriza como hombres jóvenes, solteros, en su mayoría mestizos y migrantes, indica una fuerte relación con el ciclo de vida del grupo, y las oportunidades de acceso a recursos como la tierra y el ganado. También se estudió la movilidad de los peones y el tránsito a través de la frontera por intermedio de documentación española, un sumario de prisión de más de una docena de peones.

**Palabras clave:** Frontera, estructura agraria, circulación, peones, ciclo de vida, labradores, pastores, imperio español, imperio portugués, Brasil, siglos XVIII y XIX.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. O perfil demográfico dos trabalhadores da pecuária. 3. O trânsito de coisas e gente entre os dois impérios. 4. Conclusões. 5. Referências bibliográficas.

## 1. INTRODUÇÃO

Em trabalho anterior<sup>1</sup> realizamos uma análise das principais características da estrutura agrária da capitania do Rio Grande do Sul no período de 1765-1825. Tal estudo esteve muito baseado nas sugestivas e originais hipóteses de trabalho e resultados da renovada historiografia argentina da duas últimas décadas<sup>2</sup>, especialmente para a campanha de Buenos Aires, que em boa medida tiveram vigência e foram verificadas em nosso trabalho. Entre as principais conclusões, que contrariam a visão tradicional de uma paisagem agrária conformada apenas por grandes latifúndios pecuários manejados por poucos e indômitos peões livres, indicamos uma presença majoritária nesta capitania de lavradores dentre os produtores rurais; a existência de uma variada gama de criadores de animais, que se iniciava com poucas dezenas de cabeças e alcançava rebanhos vacuns de algumas milhares de cabeças (ainda que 68% dos proprietários possuíssem até 500 animais); o fato de que mais da metade das “estâncias” (definidas por nós como as unidades produtivas com mais de cem cabeças vacuns eram na verdade estabelecimentos mistos dedicados simultaneamente à pecuária e à agricultura (especialmente do trigo e da mandioca); uma forte presença de mão-de-obra escrava, não só na agricultura mas também na pecuária e, finalmente, que grande parte dos denominados “lavradores” eram, também, pastores, criadores de pequenos rebanhos de gado.

É claro que na vasta região do rio da Prata (campanha de Buenos Aires, Entre Rios, Corrientes, Banda Oriental e parte meridional do atual estado do Rio Grande do Sul) do século XVIII e início do XIX havia especializações regionais, com determinadas áreas mais dedicadas à pecuária, outras marcadamente mistas e outras, ainda, mais especializadas na agricultura. O que se pretende destacar é que para todas as áreas nomeadas os sucessivos trabalhos foram revelando a presença dos lavradores-pastores, de escravos que trabalhavam na pecuária, de unidades produtivas mistas e de unidades dedicadas à pecuária dos mais diferentes portes. Nesse sentido, os territórios sob domínio (e disputa) espanhol e português compartilhavam uma estrutura produtiva similar, compondo uma mesma paisagem agrária, que se estendeu em um “continuum” desde Buenos Aires e seu “hinterland” à Banda Oriental do rio Uruguai (atual Uruguai) até o Rio Grande do Sul. O fato destes territórios pertencerem a diferentes impérios coloniais, com instituições e ordenamentos jurídicos próprios, não impediu, no entanto, que a organização espacial da produção tivesse características comuns bem como a lógica econômica dos produtores e trabalhadores, e que se reiteraram no tempo. As diferenças estabeleceram-se no âmbito da circulação de bens, pois esta era orientada para os circuitos criados pelos respectivos impérios.

<sup>1</sup> OSÓRIO, 1999.

<sup>2</sup> Referenciamos aqui apenas algumas das obras: GARAVAGLIA, 1999; GELMAN, 1998; MAYO, 1995 e, para um balanço, GARAVAGLIA - GELMAN, 1998. Posteriormente, DJENDEREDJIAN, 2002 e 2003; SCHMIT, 2004; FARINATTI, 2007 e MORAES, 2011.

A fronteira, da mesma forma, passa a ser entendida como fazendo parte deste “continuum” agrário; não possuía uma demarcação definitiva (por mais que as autoridades dos dois impérios assim o pretendessem) e configurava-se enquanto uma zona na qual circulavam homens e bens de ambos os impérios, como exporemos ao longo do artigo.

Algumas breves considerações sobre o particular vocabulário utilizado no Rio Grande servirão para indicar a forte difusão dos modos de vida, de uma cultura, enfim, da área de ocupação mais antiga, sob domínio espanhol, para a de ocupação mais recente, a lusitana.

A palavra “fazenda” adquiriu o sentido de propriedade agrária em terras americanas. No dicionário Moraes, de 1789, as primeiras definições são: “ação, procedimento, serviço, labutação; bens, bens que andam em comércio”. Na seqüência, especifica-se: “No Brasil, terras de lavoura ou de gado: uma fazenda de canas”<sup>3</sup>. O mesmo ocorreu em domínios de Espanha. “Hacienda” tornou-se sinônimo de grande propriedade agrária em quase toda América. Em português e espanhol, o termo englobava, simultaneamente, as noções de riqueza em geral e de extensas terras de cultivo ou pecuária<sup>4</sup>.

No sul do continente, no entanto, outra expressão foi utilizada para designar as terras destinadas à criação de gado: “estancia”. Os portugueses que foram ocupando os territórios abaixo de Laguna, rapidamente incorporaram o vocábulo espanhol com este significado: os moradores da Colônia de Sacramento, em requerimento ao rei de 1730, reclamam das restrições impostas ao estabelecimento de suas “estâncias de gados e cavahadas” pelos espanhóis. O dicionarista antes citado não deixou escapar, tampouco, este uso particular: “No sul da América, estâncias são terras com criação de gado *vacum* e cavalar”<sup>5</sup>.

Também foi incorporado ao vocabulário da América portuguesa, e em especial no sul, a palavra de origem quechua “chácara” significando terras de lavoura. O mesmo dicionário atribui-lhe uso apenas no Brasil e especifica os seguintes sinônimos: “quinta” no Rio de Janeiro, “roça” na Bahia e “sítio” em Pernambuco<sup>6</sup>.

Francisco Ferreira de Souza, natural do Rio de Janeiro e cirurgião-mor de seu 1º Regimento, participou da reconquista do porto de Rio Grande aos espanhóis, em 1776. Elaborou então um pequeno vocabulário de termos particulares do Rio Grande do Sul, primeiro do gênero de que temos notícia: “Termos de pernuncia pelo q’s se explicão os naturaes do Rio Grande e todo o Continente, Rio Pardo e Viamão”<sup>7</sup>. A maior parte das palavras referem-se à criação e trato do gado e tem origem no espanhol falado na região do Rio da Prata. Que um natural do Rio de Janeiro tenha sentido a necessidade de “traduzir” o linguajar do extremo sul denota o estranhamento e a influência cultural diferenciada do resto da América portuguesa.

Assim, gado “xucro” significa gado “bravo”<sup>8</sup>, ou seja, o gado selvagem, não do-

<sup>3</sup> MORAES SILVA, 1922.

<sup>4</sup> GARAVAGLIA, 1993, p.185.

<sup>5</sup> MORAES SILVA, 1922.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> SOUZA [1777], 1979, p. 270.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 270.

mesticado, cujos rebanhos abundavam na fronteira entre os dois impérios e eram intensamente disputados. A palavra “xucro” é originária do quechua “chucru”, significando ‘duro’, chegando-nos através do espanhol platino “chúcaro”, segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira<sup>9</sup>. Já as reses mansas são denominadas de “tambeiras”<sup>10</sup>; a palavra origina-se “tambo”, proveniente do quechua “tampu”, ‘pouso, albergue’, através do espanhol platino e do peruano<sup>11</sup>.

Mais sintomático das diferentes percepções sobre as formas de vida nessa fronteira foi o fato de Francisco Ferreira de Souza ter assinalado o verbo “arrear”, como sinônimo de “roubar gado”, enquanto, para a população local, significava recolher, arrebanhar gado selvagem nos campos indivisos, portanto, de ninguém. Neste último sentido o verbo foi utilizado de forma corrente na documentação produzida localmente até princípios do século XIX.

Um último termo espanhol relacionado, ainda, com a pecuária e seus trabalhadores: “concharar”, que significava contratar um peão para o trabalho no campo. São os peões livres (já que agora sabe-se também da existência dos peões escravos, campeiros) que abordaremos a seguir, em suas características demográficas e de mobilidade, como um exemplo das características dessa fronteira, móvel, permeável, indecisa e tremendamente “porosa”.

## 2. O PERFIL DEMOGRÁFICO DOS TRABALHADORES DA PECUÁRIA

As investigações da estrutura agrária, das formas de produzir e das necessidades de mão de obra conduzidas por Garavaglia<sup>12</sup> para a campanha de Buenos Aires, e por Gelman<sup>13</sup> para a área da Colônia de Sacramento na Banda Oriental, possibilitaram uma nova interpretação sobre o trabalhadores da pecuária, os peões, muito distante da visão tradicional, criada pela historiografia e pela literatura desde o século XIX. A constatação da existência de uma multidão de pequenos produtores de trigo e gado de origens heterogêneas que trabalhavam a terra utilizando quase exclusivamente a mão de obra familiar foi a pedra de toque para esta nova compreensão<sup>14</sup>.

Ao analisar variados tipos de censos e de documentação contábil de estâncias, encontraram um perfil demográfico dos peões que os caracterizava como homens jovens, solteiros e com um forte percentual de migrantes de outras regiões. Estas características apontam para um momento do ciclo de vida em que estes jovens, solteiros, ainda não tinham conseguido constituir família e estabelecerem-se enquanto pequenos produtores, fosse em terras próprias ou arranchados em terras de estancieros ou de ninguém. O trabalho temporário nas fazendas, ao qual acorriam muitas vezes junto

<sup>9</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1975, p. 1480.

<sup>10</sup> SOUZA [1777], 1979, p. 270.

<sup>11</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1975.

<sup>12</sup> GARAVAGLIA, 1999.

<sup>13</sup> GELMAN, 1998.

<sup>14</sup> O debate iniciou-se com a polêmica “Gauchos, campesinos y fuerza de trabajo en la campaña rioplatense colonial”, com contribuições de Garavaglia, Gelman, Mayo e Amaral, no nº 2, 1987, do *Anuario do Instituto de Estudios Histórico-Sociales*, da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires.

outros membros de sua família, como irmãos, era a alternativa de sobrevivência nesse momento inicial da vida adulta.

Desconhecemos, até o momento, censos ou listas nominativas, para o Rio Grande, que possibilitem um estudo da categoria ocupacional dos peões. A fonte por ora encontrada para uma aproximação a um perfil dos peões, quanto a faixas etárias, cor e estado civil são os processos-crime. As formalidades jurídicas portuguesas exigiam o depoimento de trinta testemunhas, o que geralmente era cumprido nos processos. Idealmente esta fonte fornece o nome, idade, estado civil, cor e ocupação<sup>15</sup>.

Nosso primeiro critério foi selecionar processos em que peões, capatazes e escravos rurais estivessem envolvidos, fossem como réus, vítimas ou testemunhas. Constituiu-se um corpus de 139 processos, com um total de 3.866 testemunhas, com as mais diversas ocupações. Os processos abarcam geograficamente toda a capitania (e depois província) do Rio Grande do Sul, para o período de 1779 a 1834, e estão depositados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Além das denominações de “peão”, “peão de estância” e “peão de campo”, reunimos nesta categoria ocupacional outros indivíduos que declararam “viver de tirar gados pelas estâncias”, “tirar tropas de animais”, “lida em campos”, “trabalho de campo” e “condutor”. Não foram incluídas as ocupações de carreteiro, e os que declaravam viver “de seus jornais”, “de seu trabalho” e de seu “ofício”. Algumas declarações são indicativas das múltiplas atividades que os peões exerciam: o guarani solteiro de 23 anos André da Silva Santos diz-se “peão e capataz”; o pardo Inácio, casado, declarou-se “peão” e viver de “fazer telhas” e o “indiático” José, casado de 26 anos disse que vivia do “trabalho de campo e roças”. Ilário Antônio, guarani solteiro de 30 anos denota algum grau de autonomia ao declarar-se “peão que vive de suas lavouras”<sup>16</sup>. Estes exemplos de qualificação indicam, também, a prática concomitante da pecuária e agricultura.

Vejam os perfis demográficos. A idade média do grupo é de 29 anos e 80% deles tem até 35 anos. São majoritariamente solteiros, 61%. A média de idade dos solteiros é de 27 anos e a dos casados é de 31.

Quanto à movediça informação de cor ou etnia, a maioria é índia (62%), incluídos aí os denominados de “indiáticos”. A maior parte deles é identificado apenas como guarani. Infelizmente a naturalidade dos réus raramente é declarada. Um dos índios diz-se oriundo do povo de Yapeyú (antigo povoado missionário situado na margem direita do rio Uruguai). Há 6% dos peões identificados como “espanhóis”. Destes, há a informação de cor somente para a metade deles, sendo brancos. De qualquer forma, temos aqui indicativos da existência de migrações e da mobilidade do grupo dos peões. Os brancos -21%- e os negros/pardos -17%-, são minoria frente aos índios.

Quanto à condição jurídica, os libertos ou forros representam 7% do contingente total, percentual próximo ao da sua presença no conjunto da população rio-grandense

<sup>15</sup> Uma primeira versão dessa análise foi apresentada nas *XX Jornadas de Historia Económica*, Mar del Plata, Argentina, 2006: “Trabalhadores da pecuária: peões e gaudérios na fronteira do Império Português”.

<sup>16</sup> Respectivamente, processos número 89, 4523 e 1822, do 1º Cartório do Cível e Crime de Rio Pardo; nº 34 e 1063 do 1º Cartório Cível e Crime de Caçapava, ano 1831; nº 4 e 108, ano 1821, 1º Cartório Cível e Crime, Juri, de Porto Alegre, e nº 89 e 4531, ano 1822, 1º Cartório Cível e Crime de Rio Pardo, Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (en adelante APERS).

de 1814, que era de 8%<sup>17</sup>. Para estes libertos, muito provavelmente tratava-se de prosseguir realizando as mesmas tarefas que exerciam durante o cativo, na condição de escravos campeiros.

Temos, então, um perfil inicial para os peões que é a de homens não brancos (79%), em sua maioria índios, mas também homens negros e pardos, livres e forros, solteiros, majoritariamente com idade de até 35 anos. Estas características assemelhavam-se a dos peões dos territórios do Rio da Prata? Conforme a análise dos censos de 1813 e 1815 de toda a campanha de Buenos Aires, realizada pelo Grupo de Investigación em Historia Rural Rioplatense de la Facultad de Humanidades (GIHRR) da Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP)<sup>18</sup>, os peões tinham uma idade média de 31,7 anos, 86% eram solteiros e 66% brancos. A idade média é muito semelhante a dos peões do Rio Grande, 29 anos, mas o percentual de celibatários e de brancos é bem mais alto na campanha bonaerense. Já na campanha de Concordia, província de Entre Rios, metade do século XIX, estudada por Roberto Schmit<sup>19</sup>, os peões eram ainda mais jovens, idade média de 25 anos, e o percentual de solteiros, 81%, mais semelhante ao da campanha de Buenos Aires do que ao do Rio Grande.

A especificidade etária, étnica e as condições familiares dos peões, relacionadas ao ciclo de vida, adquirem maior significado quando estas características são contrastadas com outras categorias ocupacionais de testemunhas.

### Cuadro 1

Perfil demográfico de peões, capatazes, roceiros, criadores e lavradores, testemunhas em processos-crime, Capitania/Província Rio Grande do Sul, 1779-1834

	n° teste- munhas	Idade média Anos	solteiros %	índios %	brancos %	negros e pardos %	forros %
<b>Peões</b>	127	29	61	62	21	17	07
<b>Capatazes</b>	103	34	52	03	87	10	01
<b>Roceiros</b>	86	37	32	06	62	32	20
<b>Criadores</b>	265	40	20	02	93	05	1,5
<b>Lavradores</b>	1022	43	11	03	92	05	2,5

Fonte: 139 processos-crime, 1779-1834, APERS, com 3.866 testemunhas.

Entre os capatazes, por exemplo, a idade média é maior, 34 anos, o percentual de celibatários diminui quase 10% (eles são 52%), são predominantemente brancos, e os negros e pardos têm uma presença superior a dos índios. Houve um aumento da idade média, como entre os capatazes da campanha de Buenos Aires, cuja idade média subiu para 38 anos, assim como os solteiros diminuíram para 36% e o contingente de

<sup>17</sup> Censo de 1814. A população total do Rio Grande era de 70.656 habitantes. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1986.

<sup>18</sup> GIHRR, 2004, pp. 21-63.

<sup>19</sup> SCHMIT, 2004, pp. 104.

brancos subiu para 85%<sup>20</sup>. Em Concordia, os capatazes também eram majoritariamente casados e sua idade média subiu para 40 anos. Temos um movimento comum, na mesma direção, ainda que com quantitativos diferentes, no sentido de aumento da idade, aumento dos casados e da participação dos brancos<sup>21</sup>.

A categoria dos lavradores foi desglosada em duas –lavradores e roceiros– por que a análise dos dados indicou-nos realidades bastante distintas. Os roceiros têm 37 anos em média, e apenas 32% são solteiros. A presença de negros e pardos e, dentre estes, dos forros, é muito significativa neste grupo de agricultores, indicando que a pequena lavoura, o roçado, era a possibilidade ocupacional e econômica para uma parcela dos saídos do cativeiro, que conseguiram constituir família, possuindo um grau de autonomia certamente superior ao do peão. Note-se que geograficamente, os “roceiros” não vivem na planície, na fronteira; localizavam-se mais ao centro da província<sup>22</sup>.

Os criadores declararam “viver de sua estância”, de sua “fazenda de animais”, ou da “produção” ou “criação” de animais. A idade média subiu consideravelmente, para 40 anos, e os celibatários são apenas 20%. Quase na sua maioria branca, os índios, negros e pardos têm uma presença mínima nesta categoria. Da mesma forma ocorreu na campanha bonaerense: aí esta categoria foi dividida em “hacendados”, “estancieros” e “criadores” e a idade média oscilou entre os 39 e 48 anos; o percentual de solteiros entre 8 e 31%, e o de brancos entre 89 e 97%<sup>23</sup>.

Entre os lavradores rio-grandenses, a idade média aumentou 3 anos em relação aos criadores, é de 43 anos, e encontra-se o percentual mínimo de solteiros: apenas 11%. A participação de índios (3%), negros e pardos (5%) assemelha-se a dos criadores, e a presença de forros é um pouco superior. Na campanha bonaerense os lavradores tinham uma idade média de 38 anos, apenas 24% eram solteiros e 90% eram brancos. Na campanha de Concordia a idade média era ainda mais alta, 48 anos, sendo em grande parte casados<sup>24</sup>.

Apesar das diferenças nos números, pode-se observar uma grande semelhança no comportamento das características demográficas das categorias ocupacionais no Rio Grande, campanha de Buenos Aires e Entre Rios, no movimento em direção ao envelhecimento, constituição de famílias e “branqueamento”, tendo em uma extremidade os peões, e na outra os criadores e lavradores.

Os dados produzidos através da análise de censos, no caso dos trabalhos citados, e os do quadro apresentado acima permitem duas leituras em relação aos peões. A tradicional, a de “hombres sueltos”, solteiros, sem vínculos familiares, oriundos dos estratos mais pobres da sociedade colonial, indígenas e mestiços (“castas”). A outra, produto da renovação dos estudos regionais do Rio da Prata já mencionada, que ao produzir análises longitudinais de grupos sociais em espaços delimitados, pode demonstrar a existência do grupo de produtores, mais ou menos independentes, os “pastores labradores” e explicar sua dinâmica considerando o ciclo de vida dos indivíduos

<sup>20</sup> GIHRR, 2004, p. 43.

<sup>21</sup> SCHMIT, 2004, p. 104.

<sup>22</sup> Nas freguesias ou municípios de Aldeia dos Anjos, Cima da Serra, Santo Antônio da Patrulha, Rio Pardo, Santo Amaro, Triunfo, Vacaria, Viamão e São Francisco de Paula.

<sup>23</sup> GIHRR, 2004, p. 38.

<sup>24</sup> Respectivamente, GIHRR, 2004, p. 38 e SCHMIT, 2004, p. 105.

e das famílias. Os peões podiam ser oriundos deste grupo –o filho jovem e solteiro de uma família camponesa que se conchava estacionalmente em uma estância para complementar a subsistência familiar– ou “candidatos” a ele, no caso do jovem migrante, índio ou mestiço, que, ao ter acesso a uma parcela de terra e a um casamento, poderia fazer parte do grupo. Nesse sentido, Garavaglia afirma que a fronteira entre “conchavados” ou peões e os lavradores era móvel e que havia a passagem de uma a outra categoria, nos dois sentidos, muitas vezes bastando a mudança de estado civil<sup>25</sup>. Quanto à percepção étnica e a designação de cor, a mudança de categoria ocupacional em sentido ascendente, podia produzir, nos censos coloniais, o “branqueamento” dos indivíduos.

Ao analisar o trabalho de peões de uma grande estância da Banda Oriental, Gelman<sup>26</sup> demonstra como eles escasseavam nos meses da colheita do trigo e, também, como povoadores vizinhos à estância eram contratados como peões. Garavaglia encontrou o mesmo comportamento dos peões ao estudar uma grande estância em Chascomús; achou-os também aparentados (“irmão”, “parente”, “sobrinho de”) e outros, com os mesmos sobrenomes de origem tucumana, que entravam e saíam juntos da estância. Esta constatação aponta para as formas familiares de migração estacional, já verificada em censos<sup>27</sup>.

A despeito da precariedade e fragilidade dos dados obtidos nos processos-crime e das determinações sociais da fonte –quem era chamado a testemunhar– a comparação das diferentes categorias faz ressaltar a singularidade do perfil dos peões que, por sua vez, é coerente com os resultados obtidos nos fecundos estudos rioplatenses. Consideramos, portanto, que tal perfil expressa uma dinâmica social vinculada ao ciclo de vida e às formas produtivas da região.

No Rio Grande do Sul houve uma notável permanência da estrutura agrária, das lógicas econômicas e sociais e das características dos grupos ocupacionais aqui apresentados. É o que verificou Farinatti<sup>28</sup> em estudo sobre o município de Alegrete<sup>29</sup>, na primeira metade do século XIX, em área de ocupação mais recente, na nova fronteira avançada, agora com a jovem república do Uruguai. Utilizando a mesma metodologia de recorrer à qualificação das testemunhas em processos-crime, verificou que os peões tinham em média 30 anos e que 63% deles eram solteiros, uma notável coincidência com os dados do período colonial que apresentamos acima. Os peões também continuavam a ser majoritariamente não brancos (63%), mas com uma maior proporção de pardos (41%) e de negros (14%), o que indica, muito provavelmente, o dinamismo da escravidão e das alforrias na localidade. A diferença mais marcante com o período anterior é a diminuição da participação de homens definidos como índios, apenas 18%, contra 62% antecedente<sup>30</sup>. A permanência dessa configuração re-

<sup>25</sup> GARAVAGLIA, 1999, p. 89.

<sup>26</sup> GELMAN, 1998.

<sup>27</sup> GARAVAGLIA, 1999, p. 352.

<sup>28</sup> FARINATTI, 2007.

<sup>29</sup> O município de Alegrete foi o de maior extensão territorial da província, na primeira metade do século XIX, além do possuir os maiores rebanhos de gado vacum.

<sup>30</sup> FARINATTI, 2007, pp. 342-343. A diminuição da participação dos indígenas pode-se dever a um problema de classificação étnica nas fontes, nas quais podem ter sido assimilados à condição de “pardos”.

lacionada com o ciclo de vida<sup>31</sup> de lavradores-pastores era possível pela continuidade do acesso a recursos produtivos (terra e gado) e a formação de famílias.

Ainda que em escala modesta e em caráter precário, os recursos produtivos continuavam sendo relativamente acessíveis a muitos dos subalternos da Campanha do Rio Grande do Sul, até meados do século XIX<sup>32</sup>.

A qualidade das informações permitiram ao autor definir de forma mais contundente os processos migratórios e a mobilidade desses trabalhadores. Apenas 8% deles eram naturais do município; outros 58% eram oriundos das áreas de povoamento mais antigo do Rio Grande do Sul e 28% provinham da região platina: “do Estado Oriental e de Corrientes, áreas limítrofes à Campanha”, mas também do Paraguai, Entre-Rios, Buenos Aires e Córdoba<sup>33</sup>. Um padrão, portanto, que perdurou um século ou mais, como abordaremos no próximo apartado.

As características demográficas e sociais até aqui indicadas também são encontradas nas fontes qualitativas, ressaltando-se, ainda o caráter fronteiriço da região. É o que explicita o próprio governador do Rio Grande, ao escrever desde o Rio Pardo, em 1776:

a respeito de peões brancos nesta fronteira não se acha aqui com facilidade, pois que os moços solteiros os fiz soldados, e `os casados não podem sem deterioramento considerável de suas pobres casas e das lavouras´ obrigarem-se a destacar por tantos dias daqui para qualquer serviço. (...) Os índios no gênero de peões ninguém os excede, mas é muito má gente, e quer rigor e quanto menos der dinheiro melhor para lhes evitar o jogo e a cachaça, e eu somente os visto cada três ou quatro meses e observo que rendidos nestes tempo por outros servem melhor<sup>34</sup> (grifos nossos).

Os homens brancos solteiros estão recrutados para o exército; os casados devem cuidar de suas lavouras. A questão da família, das obrigações dos casados, e da sua indisponibilidade para servirem como peões é claramente referida. Por outro lado, os índios são reconhecidos como bons peões. Mas “rendem” mais quando contratados por poucos meses. Outro governador, dez anos mais tarde, em 1787, também assinala as dificuldades de obtenção de mão-de-obra e a utilidade dos índios nas atividades de peão e domador:

os índios, de que aliás temos necessidade de servir-nos, por não haver facilmente no continente quem supra a falta de peões e domadores para que os mesmos têm suficiente préstimo...<sup>35</sup>.

<sup>31</sup> O autor, através do conjunto de fontes de que dispôs consegue demonstrar laços de parentesco entre peões e trajetórias de vida de famílias de pequenos produtores.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 359.

<sup>33</sup> *Ibidem*, pp. 344-345.

<sup>34</sup> Correspondência Marcelino de Figueiredo ao Gal. Bohm, 1776. Biblioteca Nacional (en adelante BN), RJ, 7, 3, 48.

<sup>35</sup> Governador Cabral da Câmara ao seu sucessor, 1787, avulsos Rio de Janeiro (RJ), cx. 140, doc. 96, Arquivo Histórico Ultramarino (en adelante AHU).

Estes peões, índios e mestiços de várias procedências eram os mesmos que também realizavam as arreadas de gado da Banda Oriental, recebendo, nesta circunstância, a designação de gaudérios, o que era sinônimo de “ladrão” ou vadio, quando a arreada não era permitida pelas autoridades:

...há naquele continente uma porção grande de homens `vadios` que o mesmo país, lhes tem dado o nome de `gaudérios`, estes cresceram em número com a invasão do Rio Grande, na qualidade são `meios espanhóis`, outros `índios bastardos` de várias nações. Ali se conservam sem ofício nem benefício, não são lavradores, não são jornaleiros, não são criadores, só têm por ofício o vagar, e colher o que na realidade não plantam: estes se ocupam em `arriar, ou furtar` animais cavalos, e vacuns e de outra espécie das fazendas de Montevideo, Víboras e Reduções exatas e de outros muitos rincões e campanhas, introduzindo-os pelas fronteiras os vendem no nosso país...<sup>36</sup> (grifos nossos).

A origem mestiça dos “gaudérios” foi inúmeras vezes assinalada, demonstrando o intenso trânsito e trocas culturais da população local pelos territórios fronteiriços. Os dicionários brasileiros contemporâneos de Antonio Houaiss e Aurélio Buarque de Holanda assinalam, ambos, a palavra como tendo origem etimológica no espanhol platino<sup>37</sup>. Um comandante rio-grandense assinala também essa característica mestiça dos gaudérios e tentar desmarcar os homens de sua tropa de atos que o indisporiam com as autoridades de Buenos Aires, em 1777:

Os `gaudérios` do Rio Pardo, a primeira partida quase toda era de `castelhanos e índios`, foram tão mal sucedidos, e têm entrado alguns feridos, para o Rio Pardo, e dizem lhe faltavam dezassete pessoas, destas viram que a partida, que os topou, matou alguns, e prenderam outros. Estará o General Cevallos bem informado que não são os da minha tropa os que continuam a insultar as Estâncias de Monte Vedio<sup>38</sup> (grifos nossos).

As autoridades, principalmente portuguesas desconhecedores dos costumes da terra, ficavam um tanto atônitos com o fato de fazendeiros darem abrigo aos que chamam de ladrões, designação que engloba, como sinônimos, a desertores, índios e arreadores:

Toda a pessoa que marcar ou arriar gado, e cavalos alheios, ou der asilo a ladrões ou a desertores soldados e índios, e os consentir em suas casas ou terras, como tenho proibido em repetidos Bandos...<sup>39</sup>.

<sup>36</sup> Informe de Bernardo José Pereira sem indicação de destinatário a respeito da situação dos índios guaranis do Rio Grande de São Pedro. s.l. [c. 1769], BN RJ- 7, 3, 48.

<sup>37</sup> BUARQUE DE HOLANDA, 1975 e HOUAISS, 2001.

<sup>38</sup> Parágrafos de uma carta do Cel. Rafael Pinto Bandeira de 21-X-1777. AHU, RJ, cx. 114, doc. 47

<sup>39</sup> Bando do governador Marcelino de Figueiredo. Porto Alegre, 29-VI-1773, Biblioteca Nacional Portugal (en adelante BNP), Códice 10854.

Criadores de gado, portanto, abrigavam, em suas casas e terras, a tais “ladrões”. Em 1802, um outro governador utiliza por primeira vez o termo “gaúcho”, em uma passagem reveladora:

...as vozes populares acusam os oficiais tanto auxiliares como de tropa paga (...) de ambição mais viciosa: indicam sociedades vergonhosas com os mesmos gaúchos e malfeitores, dizendo: que não só os protegem e `lhes distribuem terras<sup>40</sup> (grifos nossos).

Estancieiros que distribuíam terras a “gaúchos”. Não estaríamos frente a criadores de gado tentando atrair trabalhadores através da agregação, da concessão de algum pedaço de terra para plantar e criar alguns animais?

Para concluir, uma correspondência de 1780 do governador ao vice-rei é eloquente sobre o tipo de “ladrões” que havia pela campanha próxima a Banda Oriental:

as patrulhas que há de divagar por estas fronteiras não podem contrastar tão grande número de ladrões que as infestam, de sorte que só no Yaguaron suponho haver mais de 80 `ladrões armados, e desertores portugueses e castelhanos, arranchados e com roças e armados<sup>41</sup> (grifos nossos).

Tipo sui “generis” de ladrões, estes. Arranchavam-se e plantavam roças, como os roceiros e os lavradores.

### 3. O TRÂNSITO DE COISAS E GENTE ENTRE OS DOIS IMPÉRIOS

O trânsito de gente e mercadorias pela fronteira é de difícil estudo e apreensão nas fontes, por ser proibido entre os dois impérios. Vamos encontrá-lo registrado apenas quando pessoas são presas, acusadas de delinquência, e quando mercadorias e gado são apreendidos, frequentemente no momento em que estavam prestes a serem introduzidos em território do outro império, configurando contrabando<sup>42</sup>. É principalmente na documentação militar, na correspondência entre chefias inferiores (em geral de guardas avançadas ou tropas volantes) e superiores que o trânsito é reportado, através de prisões e apreensões. Em momentos de tensão diplomática o tema “subia” até instâncias superiores da governança<sup>43</sup>.

O universo dos peões que percorriam as campanhas, empregando-se, conchavando-se ora em territórios espanhóis, ora nos portugueses, pode ser apreendido através da análise de um documento excepcional, uma “sumário” espanhol realizado com

<sup>40</sup> Roscio a Patricio Correia da Camara, Porto Alegre, 24-XII-1802. Arquivo Nacional (en adelante AN), Rio de Janeiro, código. 104, vol. 14.

<sup>41</sup> Marcelino de Figueiredo ao Vice-rei, Porto Alegre, 15-III-1780. AN, código 104, vol. 2, fl. 67.

<sup>42</sup> Ver GIL, 2002, para uma abordagem atualizada e renovada sobre o contrabando, seus agentes e formas de organização.

<sup>43</sup> Por exemplo, vide a correspondência do governador de Montevideo com o vice-rei do Peru, abundante durante o ano de 1751: Joseph Joachin de Viana ao Conde de Superunda. Montevideo, 1751. Archivo General de la Nación, (en adelante AGN) Argentina. División Colonia, Sección Gobierno, Sala IX, legajo 1, 1728-1751, 2 - 1 - 4.

muitos peões que foram presos em 1772 transportando milhares de cabeças de gado para o “lado português”<sup>44</sup>. Vejamos inicialmente o contexto de produção do documento. A partir do porto de Rio Grande, ocupado pelos espanhóis desde 1763, sai uma tropa de 65 homens comandada pelo comandante de milícias de Santa Fé, Don Pablo José de Hereni, por ordem do comandante do quartel, Don José de Molina, para reconhecer a serra dos Tapes e prender ladrões de gado. Depois de 12 dias de marchas encontram uma tropa de cavalos com quatro homens que fogem; 4 léguas mais adiante deparam-se com a tropa de Miguel Arias, o fugitivo, toda ela de gado “colorado”, pelagem que indicava ser o rebanho dos “campos das missões” (antes jesuíticas), cuidada por 17 homens, dos quais 14 foram presos. O gado, aproximadamente 2.400 cabeças, estava em uma “invernada”, local delimitado que formava um rincão, onde os animais descansavam e pastavam para não chegarem demasiadamente magros nos territórios portugueses. Havia três ranchos no local<sup>45</sup>.

Do conjunto dos 14 presos, nove eram naturais da América espanhola: cinco eram índios das missões orientais; dois eram paraguaios e dois de Corrientes. Outros três provinham dos territórios lusos: um do Rio Grande, outro de Laguna, Santa Catarina e um escravo de São Paulo. Finalmente, havia dois peninsulares: um espanhol de Cádiz e um português de Viana. Essa diversidade de origens coincide e confirma a análise antes feita a respeito da mobilidade e das migrações. Da mesma forma, suas idades oscilavam entre os 13 anos (um índio das missões) aos 28, com a exceção do português, que tinha 50 anos. Em sua grande maioria eram solteiros.

Cinco deles necessitaram de intérprete para serem inquiridos<sup>46</sup>, por que não compreendiam o espanhol e falavam apenas guarani: quatro índios missioneiros<sup>47</sup> (Juan Guirave, Francisco Inácio, Mariano Poti e Xavier de San Nicolás), e um correntino, Juan Miguel Orrego, que não foi identificado como índio.

Os peões que não tinham origem nos territórios portugueses afirmavam que estavam no Rio Pardo, povoado português da fronteira, fazia de um a três anos, que tinham se conchavado em estâncias portuguesas ou que aí haviam chegado já trazendo tropas de animais. Os trajetos mais comuns dos que eram originários do império espanhol foram: Paraguai - Santa Fé - Banda Oriental - Rio Pardo ou, Corrientes - Banda Oriental - Rio Pardo, percursos de mais de mil quilômetros. Do lado português temos a trajetória Portugal - Minas Gerais - Rio de Janeiro - Viamão - Rio Pardo.

Algumas trajetórias que são dadas a conhecer pelos interrogados são exemplares do perfil demográfico e do ciclo de vida dos peões, mesmo que possamos considerar as declarações dos inquiridos como não verdadeiras. No jogo do inquérito, das perguntas feitas pelos militares, e das respostas dos presos e acusados, estas últimas deveriam ser sempre plausíveis para eles próprios e para aqueles que os interrogavam. Domingos Miranda, paraguaio de 28 anos, fora soldado blandengue, depois peão na “estancia del Rey” em Montevideu e aí foi conchavado por um “vecino” de Rio Pardo

<sup>44</sup> Sumaria que acompaña oficio de Vertiz a Arriaga. Buenos Aires, 25-VIII-1772. Oficio nº 240. AGI, Buenos Aires, 540 (1772-1776).

<sup>45</sup> Todas as referências documentais e as citações daqui em diante referem-se ao documento citado na nota anterior.

<sup>46</sup> Serviu de intérprete o capitão de dragões Don Miguel de Ayala, “como inteligente en la lengua guarani”.

<sup>47</sup> Provenientes dos pueblos de San Luís, San Miguel, San Lorenzo e San Nicolás.

que lá fora comprar cavalos. Nesta última localidade viveu um ano, até que há 3 meses contratou-o Miguel Arias, “criollo de Buenos Aires”, para “salir a los campos de Misiones a correr ganado, como com efecto ejecutaron en las puntas del Río Negro” na estancia de Santa Tecla, que pertencia ao pueblo de San Miguel de las Misiones<sup>48</sup>.

Marcelo Rosales, natural de Corrientes, 28 anos, pardo, peão de campo, fazia um ano que vivia entre os portugueses, conchavado em uma estância de um tal José Teixeira para domar potros. Antes disso, havia saído de sua terra há seis anos (portanto com uns 22 anos) para trabalhar na baixada de Santa Fé, o que fez por dois anos e há pouco mais de um ano conchavou-se para conduzir cavalos até o Rio Pardo, onde ficara vivendo.

Já José Gazapá, natural do pueblo de Gazapá no Paraguai, havia vivido conchavado em diferentes estâncias por Santa Fé e pela Banda Oriental, até que foi contratado para conduzir cavalos que seriam vendidos na própria Banda Oriental. Diz que foi enganado por seu amo e que 15 dias depois chegaram a Rio Pardo, “población de portugueses”. Para sustentar-se passou a trabalhar em uma estância limítrofe na qual o obrigaram a “ir buscar gado” no arroio Tacuari (que seria em território espanhol). Acabou fugindo e foi dar na invernada onde as tropas espanholas fizeram sua prisão. Não tentou fugir por que queria “deixar aquele exercício” (de roubar gado?).

José Correa, natural da vila de Laguna, Santa Catarina, 22 anos, solteiro, peão de campo negou “ser baquiano de estes campos, ni nunca havia salido a ellos”. Portanto, negou que se dedicasse a arrear gado para os portugueses em domínios de Espanha.

Juan Guirave, 22 anos, casado, e Francisco Inacio, 13 anos, eram naturais do pueblo de San Luis e haviam fugido juntos de lá fazia 15 dias. Chegaram a Rio Pardo e foram conchavados pelo “castelhano” Miguel Arias. Ambos necessitaram de intérprete. Já Marcelo Areyá, de 15 anos, era natural do povo de São Miguel e não precisou de intérprete, pelo que se depreende que se comunicaria em português ou espanhol. Declarou que havia sido retirado, “roubado”, junto com seu pai e sua mãe, por uma partida de soldados portugueses “no tempo da última guerra”. Disse que nada sabia sobre a tropa que arreava gado na qual foi preso, apenas que o obrigaram a conchavar-se a mando do capataz Miguel Arias, e que este “servia a um português”.

A tônica das respostas era, portanto, no sentido de se eximirem de qualquer culpa sobre suas participações em uma tropa que arreava gado em territórios espanhóis e o iria introduzir nos domínios de Portugal. Ou haviam sido obrigados a fazê-lo, ou foram enganados, ao serem contratados, quanto ao objetivo da tropa. Todos indicavam, no entanto, a Miguel Arias, de Buenos Aires, e “Ramón Pequeño”, correntino, como os capatazes do empreendimento, a mando de estancieiros e militares portugueses, como Rafael Pinto Bandeira<sup>49</sup>.

No mesmo sentido foi a declaração do escravo “Juan Herrera”, ou João Ferreira, 22 anos, natural de São Paulo, cujo senhor era Caetano Herrera, médico de São Paulo. Seu “amo” fugiu da citada vila por ter cometido um crime, e dirigiu-se para a vila de Curugati, no Paraguai, e daí para Santa Fé e dali ao Rio Pardo. Aí chegaram em no-

<sup>48</sup> Sumaria que acompaña oficio de Vertiz a Arriaga. Buenos Aires, 25-VIII-1772. AGI, Buenos Aires, 540.

<sup>49</sup> Sobre a atuação, como contrabandista, deste militar que chegou nas décadas posteriores a ser governador interino da Capitania do Rio Grande, ver GIL, 2002.

vembro de 1771. O senhor, como havia “se desgostado” com o escravo, mandou que se conchavasse com os castelhanos Casimiro e Miguel Arias “para que fuese ganar plata para su amo”. O escravo João foi então preso. Ressalte-se que o escravo sabia assinar seu nome e estava muito bem informado sobre os negócios de seu senhor.

Uma pergunta que foi feita a todos os presos era sobre o que sabiam sobre as entradas de animais para o lado português e quem as praticava. João cita nomes, como o de Nicolás, “sanjuanino” que armava tropas de cavalos, assim como “Juan José, mulato castellano” que deveria conduzir para Rafael Pinto Bandeira cavalos comprados em Santa Fé. Salvador Gomes, paulista residente em Rio Pardo, ia para a costa do Rio da Prata levando dois negros e uma mulata para vender; deveria ir até a costa do Rio Negro e Santo Domingo Soriano para armar a tropa e levava para isso 30 doblas e pretendia levá-la para São Paulo.

O senhor de João pretendia fazer o mesmo. Havia saído de Rio Pardo em novembro de 1771 (quando conchavou seu escravo) e voltaria “depois da Semana Santa”. Fora fazer uma compra de cavalos na baixada de Santa Fé, na casa de um português seu amigo, que seria conduzida para Rio Pardo e depois São Paulo, para onde pretendia retornar. Quando as testemunhas mencionam outros comerciantes que vão arrear ou comprar gado e cavalos na Banda Oriental, referiam localidades já próximas da Colônia de Sacramento, como a Vila de Santo Domingo Soriano, Víboras e Espinillo. Localidades que estão, no mínimo a 700 km em linha reta, por via terrestre, desde Rio Pardo. Eles mencionam cargueiros de fazenda seca, roupas e porções de 2 a 3 escravos para vender na costa do Rio da Prata. Outras mercadorias importantes neste comércio terrestre e que aparecem muito citadas nas apreensões espanholas eram o tabaco de rolo da Bahia, pequenas quantias de aguardente e açúcar.

O conjunto das respostas dadas pelos peões detidos remete-nos, novamente, para as múltiplas atividades que estes poderiam desempenhar, de forma alternada ou sucessiva, e não excludente, durante o seu ciclo de vida: peão de estância, desertor do exército, contrabandista, arreador, condutor de tropas, ou pequeno produtor em terras que já não fossem incertas, quando conseguissem constituir família. Os depoimentos revelam também como a informação circulava entre os dois lados da fronteira, a longas distâncias, e como interesses econômicos, solidariedades, identidades e amizades constituíram-se apesar das duas coroas pretenderem estabelecer soberanias e controlar e ou impedir os fluxos desses variados trânsitos.

O comércio e as arreadas praticadas e incentivadas durante as guerras<sup>50</sup>, tornavam-se em tempos de paz em “contrabando” e “roubo”, atividades delitivas e perseguidas pelas duas coroas, a maior parte das vezes sem sucesso. A documentação existente dá conta de que vassallos dos dois impérios estavam nelas envolvidos, indistintamente. Ainda que as autoridades militares, espanholas ou portuguesas, atribuissem primordialmente aos moradores do outro lado da fronteira esta prerrogativa.

A tomada de gado nos campos indivisos e sem domínio por nenhum dos dois impérios foi fundamental para o estabelecimento das estâncias e da atividade pecuária

---

<sup>50</sup> Por exemplo: “De presente não tem ocorrido nesta tranqueira mais do que terem chegado 1.300 reses, tiradas da campanha dos inimigos donde se acham mais de 100 peães fazendo coirama, e todas as hostilidades que lhe ordenei pudessem fazer.” Francisco Barreto Pereira Pinto ao Bispo do Rio de Janeiro, Quartel Jesus Maria José do Rio Pardo, 5-III-1763. AHU, RJ, cx. 72, doc. 26.

nos territórios portugueses. A quantidade de reses que eram conduzidas é de difícil avaliação, por tratar-se de contrabando. Apenas para o período de guerra é possível uma aproximação numérica, pois encontramos registradas, na correspondência entre autoridades militares, as quantidades de gado apresado. Para o ano de 1776 foram trazidas, no mínimo, 14.000 cabeças de gado, o que representava 18% do rebanho *vacum* existente em todo o Rio Grande no ano de 1774<sup>51</sup>. Tendo-se em conta que a taxa de reprodução do gado na região nesta época é de 25%<sup>52</sup>, estas 14.000 reses representariam o produto da criação anual de um rebanho de 56.000 cabeças. Compreende-se, assim, a importância destas razias como móvel para as guerras, para a ocupação de novas terras e para a constituição da atividade pecuária na região.

Retomamos agora a questão do trânsito na fronteira, a partir de considerações sobre a fuga de escravos e a circulação da informação.

Os proprietários dos escravos fugitivos muitas vezes conheciam seu paradeiro, sabiam como e onde viviam. As longas distâncias nesta fronteira, muitas vezes de mais de 700 km, não eram um impeditivo para que as notícias circulassem. Conhecemos um pouco destas circunstâncias graças à documentação de Antônio Luis Correa de Queiroz, identificado como português e acusado de contrabandista, que foi preso em Montevideo em 1785, junto com seus muitos e variados papéis particulares: passaportes, bilhetes, cartas, contas<sup>53</sup>. Entre estes, havia várias procurações de indivíduos, em geral oficiais de tropas de auxiliares, da vila de Rio Grande e de Rio Pardo, que lhe davam poderes para recuperar seus escravos na Banda Oriental. Estas procurações, enunciavam com mais ou menos detalhes as circunstâncias das fugas e características dos escravos. Vejamos algumas: “que para os domínios de Espanha lhe fugira un escravo por nome Francisco nação Angola...”; ou “que lhe tinha fugido um mulato escravo por nome Santiago”; ou “que para os dominios de Espanha lhe tinha fugido um escravo por nome Bento e tem na mão esquerda dois dedos alejados e coxo de uma perna”. Também fugira João, escravo mulato e que tinha o ofício de alfaiate. Seu dono tinha notícias de que ele se encontrava na capela de Pando trabalhando em seu ofício.

Muitos dos que fugiam eram escravos “campeiros”, escravos especializados da pecuária, que exerciam as funções de peões e domadores de cavalos. Foi o caso do escravo crioulo de nome Bras, “bem feito e picado de bexigas e gordo”. Seu proprietário tinha notícias de que ele se encontrava contratado há mais de um ano na estância de Dom Jose Ramires. Bras era “domador e bom peão de campo”. A procuração dava poderes para arrecadar o salário que o escravo tivesse ganho e permitia que se fizesse a sua venda na própria Banda Oriental, pelo preço de 400 pesos.

Como se pode observar, muitas vezes os proprietários conheciam não só o paradeiro de seus escravos, mas também no poder de quem estavam, e em que circunstâncias viviam. As informações circulavam, e nem a fronteira entre os dois impérios nem os mais de 500 quilômetros eram impeditivos desta comunicação.

<sup>51</sup> Havia 79.760 reses no Rio Grande neste ano. Mapa das tropas e das munições de guerra e de boca que se acham no Continente..., BN, RJ, 13,4,6, doc. 4, fl. 7.

<sup>52</sup> Cálculo regular e racional assentado entre todos os Estancieros..., sem local, sem autor, ant. 1796. AHU, RG, cx. 5, doc. 56 e OSÓRIO, 1999.

<sup>53</sup> AGN, Sala IX, Criminales - 32 - 3 - 9 - leg. 28, exp. 20, 1785.

Em geral dava-se ao procurador o poder de vender o escravo e trazer para o Rio Grande o valor correspondente, solução muito mais prática do que tentar “repatriar” o cativo. Foi também o caso de Maria, “uma preta escrava já de idade” que vivia como livre em Montevidéu. Seu proprietário era um padre, que passara a procuração e que sabia na casa de quem vivia, e recomendava que se ela pudesse pagar por sua liberdade o fizesse; se não, que fosse vendida.

O caso mais eloquente é o do escravo Manuel, pois indica a complexidade das trocas culturais que ocorriam nos territórios fronteiriços.

O capitão Domingos Gomes Ribeiro, um dos estancieros mais acaudalados do Rio Grande perdera um escravo campeiro. Na procuração que fez, explicava

que para os domínios de Espanha se lhe tinha fugido um escravo crioulo de baixa estatura, bem feito, ‘fala bem a língua dos índios’, bom domador e peão de campo e disse que o dito se chama Manuel e que lhe constava se acha na (localidade de) Viboras, contratado<sup>54</sup> (grifos nossos).

Ele nomeou três procuradores diferentes para que conseguissem encontrá-lo. Além de bom domador e peão de campo, Manuel falava a língua dos índios. Seu proprietário, ao contrário dos outros a que tivemos acesso às procurações, queria este escravo de volta, não ordenava a sua venda. Era um escravo precioso, com muitas qualidades para ser perdido. Era um escravo crioulo que, ao conhecer a língua dos índios podia transitar por seus territórios, dos domínios portugueses aos espanhóis, passando pelas antigas missões jesuíticas, relacionar-se com eles, ajudar a contratá-los para o trabalho nas estâncias ou para o transporte de gado. Manuel deveria ser um verdadeiro mediador cultural.

#### 4. CONCLUSÕES

As semelhanças das estruturas agrárias e das lógicas produtivas nos territórios de pradaria da região do rio da Prata, que os impérios português e espanhol compartilharam, foram muito significativas. É certo que a antiguidade dos assentamentos, o tempo de povoamento, o acesso maior ou menor a algum mercado, a situação de território fronteiriço de recente ocupação produziram especializações produtivas a algumas dinâmicas particulares. Mas o que pretendemos destacar aqui foram as características comuns, as continuidades que se pode encontrar em diferentes pontos deste “continuum” agrário. O vocabulário compartilhado pelos habitantes de um e outro império, justamente no que se refere à designação dos tipos de unidades produtivas (estância, chácara) e às características e formas da produção pecuária, atesta a reprodução, em diferentes territórios, de formas produtivas e sociais comuns.

Nesta perspectiva, neste artigo detivemo-nos na análise em um grupo ocupacional particular, os trabalhadores da pecuária, os peões, para verificar se os traços definidores de sua dinâmica social e produtiva, encontrados pelos historiadores argentinos, se

<sup>54</sup> AGN, Sala IX, Criminales - 32 - 3 - 9 - leg. 28, exp. 20, 1785.

apresentariam da mesma forma no espaço português. Como não dispomos de censos e listas nominativas para uma abordagem quantitativa que permitisse desenhar seu perfil demográfico, como as que existem para o império espanhol, utilizamo-nos dos processos criminais, mais precisamente da qualificação das testemunhas. Verificamos as mesmas características para os peões que trabalhavam nos territórios lusitanos, através de uma fonte tão diversa da usada nos estudos sobre a campanha de Buenos Aires e outras regiões. O fato de os peões terem um perfil muito diferenciado de outras categorias ocupacionais como os lavradores e criadores de gado confirma a relação entre o acesso a recursos (terra e gado), a atividade produtiva e o ciclo de vida (idade, possível formação de família e produção familiar) para a configuração dos diferentes tipos de produtores.

Jovens adultos, em sua maioria ainda solteiros, atraídos tanto por salários como pela possibilidade de se converterem em produtores relativamente autônomos como pastores-lavradores, migravam de áreas de antiga ocupação para as mais novas. Por isso a grande proporção de migrantes entre os peões. Para a campanha de Buenos Aires migravam naturais do Paraguai, de Córdoba e Santiago del Estero. Mais tarde, para as áreas em processo de ocupação, como a Banda Oriental e o Rio Grande do Sul, transitava gente de Corrientes, Santa Fé, Buenos Aires e Missões jesuíticas, entre outras. Tal dinâmica de configuração perdurou, na província do Rio Grande do Sul, até meados do século XIX, como demonstrou Farinatti<sup>55</sup>. Isso significa a permanência de estruturas agrárias, nas áreas novas, que continuaram a possibilitar que peões, em outro momento de sua vida adulta, se transformassem em pequenos produtores (em terras próprias ou alheias), ao conseguirem desenvolver estratégias familiares de sucesso<sup>56</sup>.

A indefinição das fronteiras entre os dois impérios, os episódios de guerra, a semelhança da paisagem agrária e a existência de rebanhos de gado passíveis de serem apropriados facilitavam muito a circulação dos indivíduos e que eles desempenhassem, consecutiva ou alternadamente, durante as suas vidas os “papéis” de desertor do exército, contrabandista, arreador, condutor de tropas, peão de estância ou, com sucesso, de pequeno produtor. Foi o que pudemos certificar ao analisarmos o sumário espanhol que inquiriu os peões que conduziam uma tropa de gado roubado para os territórios portugueses. A mesma fonte também exemplificou a amplitude do trânsito e da mobilidade desses trabalhadores, assim como a circulação de informações por esses extensos territórios. Certamente foram esses fluxos de trabalhadores e suas mercadorias, gado *vacum*, cavalos e mulas que produziram o vocabulário comum referido.

Finalmente, a fuga de um escravo campeiro pela fronteira para a Banda Oriental, se bem sucedida, poderia transformá-lo em um liberto. Um homem livre que, como atesta o perfil demográfico dos peões que analisamos, o transformaria em mais um do contingente de peões não brancos, conchavado em uma estância do outro lado da fronteira.

<sup>55</sup> FARINATTI, 2007, pp. 345-346.

<sup>56</sup> O autor conseguiu detectar estas estratégias para algumas famílias. Ver: “Peões e estratégias familiares”, *Ibidem*, pp. 353-360.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Manuscritas

#### *Archivo General de Indias*, (AGI)

Sumaria que acompaña ofício de Vertiz a Arriaga, Buenos Aires, 25-VIII-1772. Sem numeração. Buenos Aires, 540. Expediciones de fijación de límites con los portugueses S.14 Cartas y expedientes de la Vía Reservada. 1679 - 1836.

#### *Archivo General de la Nación*, (AGN) Argentina.

Joseph Joachin de Viana ao Conde de Superunda. Montevideo - legajo 1, 1728-1751; 2 - 1 - 4

Criminales IX - 32 - 3 - 9 - leg. 28, exp. 20.

#### *Arquivo Histórico Ultramarino* (AHU)

Governador Cabral da Câmara ao seu sucessor, 1787, avulsos Rio de Janeiro (RJ), cx. 140, doc. 96.

Carta do Cel. Rafael Pinto Bandeira de 21-10-1777, avulsos Rio de Janeiro (RJ), cx. 114, doc. 47.

#### *Arquivo Nacional* (AN), Rio de Janeiro

Roscio a Patricio Correia da Camara, Porto Alegre, 24-XII-1802. Códice. 104, vol. 14.

#### *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul* (APERS)

Processos-crime (139) de 1779 a 1834 dos cartórios do cível e crime de Porto Alegre, Rio Pardo, Caçapava e Rio Grande.

#### *Biblioteca Nacional* (BN) Rio de Janeiro

Correspondência Marcelino de Figueiredo ao Gal. Bohm, 1776. RJ 7, 3, 48.

Informe de Bernardo José Pereira sem indicação de destinatário a respeito da situação dos índios guaranis do Rio Grande de São Pedro. s.l. [c. 1769] RJ- 7, 3, 48.

#### *Biblioteca Nacional Portugal* (BNP)

Bando do governador Marcelino de Figueiredo. 29-VI-1773, Códice 10854

### Impressas

#### FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

1986 *De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre. FEE.

#### SOUZA, Francisco Ferreira de

1979 “Termos de pernuncia pelo q’s se explicão os naturaes do Rio Grande e todo o Continente, Rio Pardo e Viamão”, [1777]. *Anais do Simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande (1776-1976)*. vol. III. Rio de Janeiro. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. pp. 269-273

### Bibliografia

#### BUARQUE DE HOLANDA [FERREIRA], Aurélio

1975 *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1ª ed., 7ª impressão. Rio de Janeiro.

DJENDEREDJIAN, Julio

2002 "Producción y trabajo en perspectiva comparada: la mano de obra en dos grandes empresas agrarias del litoral argentino a fines de la época colonial (Corrientes y Entre-Ríos)". Trabalho apresentado no *XIII Economic History Congress*. Buenos Aires, (mimeo).

2003 *Economía y sociedad en la Arcádia criolla. Formación y desarrollo de una sociedad de frontera en Entre Ríos, 1750 - 1820*. Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras, UBA, (Tese de Doutorado).

FARINATTI, Luis Augusto.

2007 *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Rio de Janeiro. PPG em História Social - IFCS - UFRJ, (Tese de Doutorado).

GARAVAGLIA, Juan Carlos

1993 "Las "estancias" en la campaña de Buenos Aires. Los medios de producción (1750-1815)". En FRADKIN (org.) *La historia agraria del Río de la Plata colonial. Los establecimientos productivos (II)*. Buenos Aires. Centro Editor de América Latina. pp. 124-208.

1999 *Pastores y labradores de Buenos Aires: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830)*. Buenos Aires. Ediciones de la Flor.

GARAVAGLIA, Juan Carlos - GELMAN, Jorge

1998 "Mucha tierra y poca gente: un nuevo balance historiográfico de la historia rural platense (1750-1850)". *Historia Agraria*. Murcia, nº15, enero-junio. pp. 29-50.

GELMAN, Jorge

1998 *Campesinos y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires. Editorial Los Libros del Riel.

GIL, Tiago Luís

2002 *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760-1810)*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPG - História Social, (Dissertação de mestrado).

GIHRR

2004 "La sociedad rural bonaerense a principios del siglo XIX. Un análisis a partir de las categorías ocupacionales." En FRADKIN - GARAVAGLIA (ed.). *En busca de un tiempo perdido. La economía de Buenos Aires en el país de la abundancia 1750-1865*. Buenos Aires. Prometeo Libros. pp. 21-63.

HOUAISS, Antônio

2001 *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Objetiva.

MAYO, Carlos

1995 *Estancia y sociedad en la pampa 1740-1820*. Buenos Aires. Biblos.

MORAES SILVA, Antônio.

1922 *Diccionario de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro. Fluminense. Facsímile da 2ª ed., 1813.

MORAES, Maria Inés

2011 *Las economías agrarias del Litoral rioplatense en la segunda mitad del siglo XVIII. Paisajes y desempeño*. Madrid. Universidad Complutense de Madrid, (Tese de Doutorado).

OSÓRIO, Helen

1999 *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói. Universidade Federal Fluminense (Tese de Doutorado).

2006 *Trabalhadores da pecuária: peões e gaudérios na fronteira do Império Português*. XX Jornada de Historia Económica. Mar del Plata. CD-ROM.

SCHMIT, Roberto

2004 *Ruina y resurrección en tiempos de guerra. Sociedad, economía y poder en el oriente entrerriano posrevolucionario, 1810-1852*. Buenos Aires. Prometeo Libros.